



TERRITÓRIOS EM DISPUTA E SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CASO ARGENTINO E OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS RURAIS¹

GT 42: Movimentos Sociais e Reforma Agrária

Editha Lisbet Julca Gonza²
Silmara Oliveira Moreira Bitencourt³
Claudia Yesica Fonzo Bolañez⁴
Julieta Saettone⁵

RESUMO: O campo Argentino enfrenta as consequências da crise econômica que se intensificou com a proliferação da Covid-19. Nesse contexto, os movimentos socioterritoriais têm se articulado para pressionar o Estado por garantia de direitos, bem como, na execução de ações que minimizem os impactos da pandemia em seus territórios. Propomos analisar o papel dos movimentos socioterritoriais rurais e do Estado na Argentina, levando em consideração os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU. Os resultados preliminares que apresentamos fazem parte dos dados e informações que vêm sendo sistematizadas no marco do projeto de cooperação internacional *Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada*. A metodologia utilizada consiste na catalogação, registro, mapeamento e análise das ações que versam a multidimensionalidade e multiescalaridade empreendidas pelos movimentos e o Estado, sua espacialidade, encontros e confrontos que produzem territórios, em torno da questão da terra, diversidade étnica, fome, soberania alimentar, comercialização de alimentos, saúde, entre outros.

Palavras-chave: Movimentos Socioterritoriais; ODS; Pandemia; Estado.

RESUMEN: El campo argentino enfrenta las consecuencias de la crisis económica que se intensificó con la proliferación del Covid-19. En este contexto, los movimientos se han articulado para tensionar al Estado para la garantía de derechos, así como ejecutar acciones que minimicen los impactos de la pandemia en sus territorios. Proponemos analizar el papel de los movimientos socioterritoriales rurales y del Estado en Argentina, tomando en cuenta los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible propuestos por la ONU. Los resultados son preliminares que mostramos hacen parte de los datos e informaciones que vienen siendo sistematizadas en el marco del proyecto de cooperación internacional *Movimientos socioterritoriales en perspectiva comparada*. La metodología utilizada consiste en la catalogación, registro, mapeo y análisis de las acciones en su multidimensionalidad y multiescalaridad, desplegadas por los movimientos y Estado, su espacialidad, encuentros y desencuentros que producen territorio, en torno de la cuestión de la tierra, diversidad étnica, hambre, soberanía alimentaria, comercialización de alimentos, salud, entre otros.

Palabras claves: Movimientos socioterritoriales; ODS; Pandemia; Estado.

¹Projeto em andamento “Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa”, Convênio Capes-Print-Unesp - Propg 02/2019 - Redes de Pesquisa Internacionais (MSTPC-RPI), e Convênio Capes-Print-Unesp - Propg 02/2020 – Alianças Globais de Pesquisa (MSTPCAG).

² Doutoranda em Geografia na Unesp-Presidente Prudente. Bolsista Capes-Print, lisbet.julca@unesp.br

³ Doutoranda em Geografia na Unesp-Presidente Prudente. Bolsista Capes, moreira.silmara@gmail.com

⁴ Doctoranda en Humanidades na *Universidad Nacional de Tucumán-UNT*, jessicafonzobolanez@gmail.com

⁵ Doutoranda em Geografia na Universidade de Buenos Aires – UBA, juli_saettone@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe repensar e revisar de maneira ampla o papel dos movimentos socioterritoriais rurais e do Estado na Argentina, e entrelaçamentos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, porque podem contribuir para analisar ações de desenvolvimento e conflitos em diferentes escalas, levando em consideração a realidade de isolamento social desde o início de 2020, provocada pelo Covid-19. Cabe destacar que, o presente trabalho insere-se nas atividades coletivas que vêm sendo desenvolvidas pela Rede DataLuta da Universidade Estadual Paulista-UNESP, Brasil, a equipe de Sociologia Rural da *Universidad Santiago del Estero-UNSE*, e integrantes do *Programa de Estudios Regionales y Territoriales-PERT* da *Universidad de Buenos Aires-UBA*, Argentina. O levantamento das notícias na Argentina corresponde às ações dos movimentos socioterritoriais rurais e as ações das diferentes instâncias do Estado, este último como particularidade da equipe da UNSE.

A situação da Argentina resulta peculiar a respeito dos seus vizinhos, produto do exercício do ex-presidente Mauricio Macri, durante 2015 a 2019, com o bilionário empréstimo do Fundo Monetário Internacional – FMI, e aprofundada pela Covid-19. Em dezembro de 2019 Alberto Fernandez foi eleito como presidente sucessor, certamente, desde a sua posse, vem enfrentando problemas subjacentes à lógica produtiva, e buscou aplicar com maior rigorosidade medidas de restrição de circulação de pessoas e fechamento das fronteiras.

O período de pandemia revela o exercício do Estado, porque o isolamento social tem significado outras consequências profundas para muitos sujeitos e as suas formas coletivas de protestos e mobilizações de massa. Se por um lado, em dezembro de 2020 foi aprovada a Lei de interrupção da gravidez (Nº27.610), em resposta a demanda de saúde pública para as mulheres, também, em julho de 2020 foi anunciado o Plano de Ação Nacional para atender às vítimas de violência doméstica, e o pagamento do bônus familiar mediante o decreto Nº 310-2020, de 10 mil pesos (em média 700 reais), expressavam um posicionamento político de resposta rápida ante a aguda situação. Por outro lado, acentua e amplia processos de desterritorialização dos povos rurais, em viés das projeções globais de crescimento econômico sob o agronegócio e a mineração.

Vemos nesse cenário, a faceta do Estado no contexto de legitimando a sua pandemia dimensão da ideia do “comum”, trazida por Garcia Linera (2020), que considera como de ajuste de gestão social. Não somente, pela intensificação das formas de vigilância e de controle para garantir o distanciamento social e a aceitação abrupta da sociedade, também o alinhamento de mediações que garantem a reprodução do capital. Assim, merecendo atenção a declaração do



presidente da *Cámara de Minería*, Mario Hernández, em 10 de junho de 2020, quando defendia a volta oficial da mineração em situação de distanciamento social e destacando-a como essencial.⁶

Os movimentos socioterritoriais no campo vêm assumindo a frente em ações que garantam minimamente a sobrevivência de indígenas, camponeses, pequenos agricultores, mulheres, jovens e crianças, que se encontram mais vulneráveis. Aliás, o primeiro levantamento das ações no âmbito do projeto *Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada*, aponta situações relacionadas às desigualdades sociais entre a desapropriação e titulação das terras; o agronegócio e uso de agrotóxicos, a produção de alimentos e estratégias de combate à fome; a produção de monoculturas, a transição agroecológica, campanhas de doação de alimentos; a criminalização de protestos, as formas criativas de denúncia e visibilização das formas organizativas; para mencionar algumas.

Neste trabalho propomos examinar algumas contribuições dentro das ações dos movimentos socioterritoriais agrários e do papel do Estado, sob a proposta dos ODS no cenário da pandemia, como possibilidade de analisar as políticas nacionais que atendem ou não às reivindicações da população. Também, porque percebemos, nesse contexto, um aprofundamento do processo de “ambientalização” das questões sociais, já observada por autores como Rojas e Gallardo (2017), como um discurso genérico por diferentes grupos sociais que incorporam argumentos ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas e científicas.

Os 17 ODS da Agenda 2030 têm como antecedentes os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) apresentados no ano 2000. Segundo Cardoso, David e de Oliveira (2017), os ODM reduziam o debate de quase uma década “com vários problemas éticos”, e, “compreendidos pelos movimentos e organizações da sociedade civil global como um encolhimento radical das cumbres da ONU” (p. 03). Já os ODS projetam o exercício político mais amplo, sob a contraditória participação das entidades privadas na efetivação do extrativismo e a busca de soluções ante a crise ambiental, além do mais, os autores destacam que não está explícito as formas de financiamento para a sua implementação.

Rodrigues (2012) enfatiza que estes tipos de acordos internacionais se tornam uma agenda impositiva para determinados países, pois não são proposições próprias das populações, ocultam os territórios e recolocam o Estado como gestor. Essa situação reconfigura o papel dos sujeitos no cenário geopolítico e as dinâmicas territoriais, de modo que, desde a perspectiva de

⁶ Disponível em: <https://www.ocmal.org/mineria-y-covid-19>



Svampa (2018), a atual situação congrega dicotomicamente os territórios “eficientes” e “sacrificáveis” no guarda-chuva do desenvolvimento sustentável.

O percurso que temos adotado para este trabalho traz consigo debates coletivos e o recorte temporal das ações ocorridas entre março e setembro de 2021. Embora os dados e informações coletadas ainda estejam em processo de ajuste analítico, por se tratar de um projeto em estágio inicial, pretendemos visibilizar aspectos das conflitualidades transescalares em que a Argentina se insere.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS PARA O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

O espaço geográfico é transformado e produzido social e historicamente, é ao mesmo tempo, condição, meio e produto da reprodução da sociedade (LEFEBVRE, 1973; CARLOS, 2011). Em um emaranhado de intencionalidades, as relações sociais podem ser evidenciadas por ações de diversos agentes e sujeitos que materializam suas ações no espaço fragmentam-no e apropriam-se desses fragmentos material e/ou simbolicamente. Essa ação é estruturada por uma relação de poder que promove conflitos e produz territórios (RAMOS FILHO, 2014).

Por considerar a prerrogativa de que o espaço geográfico ao ser apropriado simbólico e materialmente, demarcado através das relações de poder produz um território, concordamos com Raffestin (1993, p. 144), quando pontua que “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Para o mesmo autor, o “espaço é a *prisão original*, o território é a prisão que os homens constroem para si” e, construído através das relações de poder, não necessariamente, se restringe a uma área delimitada do espaço. Portanto, o território não prescinde de barreiras físicas, pois pode ser delimitado por barreiras ideológicas e subjetivas.

Destacamos a tipologia de territórios produtores e produzidos, também por distintas relações sociais cotidianamente disputadas, quando Fernandes (2009) reconhece a importância do território e o situa como uma das categorias de análise da Geografia. Diferentemente do uso do conceito de território geralmente atrelado ao nível de governança municipal, apresenta uma outra percepção desses espaços de poder e governança em nível transnacional, denominando-os de transterritórios. Esse entendimento nos interessa, sobretudo, por relacionar o território como conceito fundamental para implementação de políticas públicas e privadas promovidas por empresas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Segundo o autor, “Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais



e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades” (p.200). Ademais, essa leitura pode se mostrar como formadora de outras alternativas de desenvolvimento.

Os movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica da análise do espaço, do lugar, do território considerando as suas multidimensionalidades e multiescalaridades, são compreendidos como socioterritoriais e/ou socioespaciais. Essa análise, feita por Fernandes (2005), entende os movimentos socioterritoriais como aqueles que compreendem o território como condição essencial da sua existência e encontram-se em luta constante. Essa perspectiva permite fazer a leitura da sociedade e das transformações que os sujeitos imprimem para a reprodução da vida no espaço e no tempo.

Se tornam oportunas as considerações de Estado trazidas por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983), quando se refere à necessidade de nomear a quem detém a força para dominação e manutenção social. O conceito de Estado descreve as tarefas de continuidade e descontinuidade, que inclui a uma multiplicidade de sujeitos sociais e tentam influenciar com políticas, gerando alianças e conflitualidades. Isto implica, que nem todas as demandas são problematizadas, e sim as que são consideradas como necessárias e possíveis de promover a sua incorporação à agenda de problemas socialmente vigentes, como defendido em Oszlack e O`Donell ([1995] 2007), na conceitualização de política pública, e de como o Estado toma posição, por ação ou omissão.

Entretanto, porque repensar as políticas públicas e a interação com os movimentos socioterritoriais rurais a partir do impacto provocado pela pandemia da Covid-19? Diante do desenvolvimento cada vez mais veloz das forças produtivas do capital, da expansão do neoliberalismo e suas políticas nos países da América Latina, os movimentos socioterritoriais têm se articulado para defender seus territórios. A pandemia aprofundou a situação de exclusão e negação de direitos dos camponeses, indígenas e comunidades tradicionais, bem como, colocou em evidência a dissonância entre as ações estatais de muitos países e os objetivos traçados pela Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Os objetivos propostos tem a finalidade de alcançar o desenvolvimento sustentável para todas as nações, nos âmbitos econômico, social e ambiental. Suas 169 metas perpassam por erradicar a pobreza, acabar com a fome, promover agricultura sustentável, assegurar uma vida saudável e o bem estar às populações, promover educação de qualidade, garantir a igualdade de gênero, o acesso à água potável, ao saneamento e à energia limpa, promover o crescimento econômico, o trabalho decente, a industrialização inclusiva, fomentar a inovação, reduzir desigualdades, tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis, bem como, os padrões de produção e de consumo, combater as mudanças climáticas, cuidar dos recursos naturais como



os mares e os ecossistemas terrestres, promover a paz, a justiça, tornar as instituições eficazes e fortalecer a parceria global.

Essas propostas não são uma novidade e são indispensáveis, entretanto, não se pode desconsiderar a trajetória das formulações ambientais, pois não há crítica ao modelo econômico. Como refere Sachs (1996), a promessa de desenvolvimento possui uma forte essência colonialista; segundo, Esteva (1996) e Escobar (2005), privam aos povos de definir suas formas de vida social; e, como alega Puello-Socarrás (2015), constitui um projeto estratégico de dominação da ideologia e práxis neoliberal. Aliás, Manzanal (2014), aponta que a promessa de desenvolvimento não diminui a desigualdade que domina o panorama latino-americano, mas a reproduz; mas, as políticas e transformações não são ao todo impostas sem mediações, elas despertam conflitualidades em torno das normas e instituições e lutas pela construção de alternativas.

São resistidas, redefinidas, apropriadas pelos movimentos socioterritoriais. Segundo Foladori e Tommasino (2000), no Relatório *¿Qué hacer?* da Fundação Hammarskjöld com pesquisadores e políticos de 48 países, as críticas ao sistema colonial perpassam também pela concentração da terra, incorporando e rearticulando as condições de vida dos despossuídos para a crítica ao desenvolvimento. A Argentina com passado genocida, tem buscado negar de maneira sistemática as suas raízes indígenas, e evidencia que o sistema capitalista não apaga todas as formas de vida nos territórios, e conseguem tornar o Estado um campo de disputa quando esses grupos reivindicam seus direitos (TAPIA, 2010; SVAMPA, 2018).

Neste sentido, consideramos que a pandemia tem aberto e aprofundado as disputas pela definição da sustentabilidade, da fome e da alimentação, do modelo de desenvolvimento. Surge então perguntar, quais são as demandas e propostas dos movimentos socioterritoriais rurais durante a pandemia? Quais ações disputam a política pública e os territórios para garantir a reprodução da vida das populações rurais? Quais ações decorreram do Estado e sobre quais questões? Quais são os interesses dos movimentos que se opõem aos interesses do Estados e como ocorre a sua espacialidade?

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Desde o início de 2021 a equipe vem realizando a catalogação do registro de notícias recebidas num e-mail específico, identificadas via *Google alerta*, para logo sistematizá-las e analisá-las pelos/as pesquisadores/as de acordo aos critérios estabelecidos. Mediante a definição de palavras-chave, incluindo nomes de movimentos e organizações rurais, frases



relacionadas a demandas, reivindicações, assim como nomes de agências burocráticas e temáticas vinculadas com a realidade do campo argentino.

A sistematização das informações ocorre mediante o preenchimento de formulário vinculado a uma planilha *excel*. A realização deste procedimento organiza os critérios definidos, como: nomes dos movimentos socioterritoriais agrários; tipologias de ações, tanto dos movimentos sociais quanto do Estado argentino; nomes das instituições governamentais e suas dependências; assim como, os meios de comunicação, e vínculos possíveis de interpretação entre as temáticas de cada notícia e os 17 ODS.

Os ODS desdobram ações de apoio, compatíveis ou em detrimento dos interesses dos movimentos socioterritoriais, assim, os tratamos como grandes temáticas ou questões. Ampliamos, retrabalhamos, considerando as demandas dos movimentos socioterritoriais e a revisão de estudos agrários. Desta forma, buscamos realçar a questão da terra e diversidade étnica, que consideramos fundamentais para a análise dos conflitos no campo argentino.

Na medida que avança o registro das notícias, vamos treinando possíveis tipologias emergentes sobre as ações dos movimentos socioterritoriais e do Estado. Em diálogo com discussões teóricas, também redefinindo os alertas. Ao mesmo tempo, trocamos experiências entre as equipes da Argentina e do Brasil no que diz respeito aos procedimentos metodológicos e a análise dos dados.

Para este trabalho, especificamente, realizamos a análise das notícias sistematizadas de março a setembro de 2021, que versam sobre ações dos movimentos e aquelas praticadas pelo Estado. Identificamos as menções aos movimentos socioterritoriais e aos organismos estatais nas notícias, associando cada ação com uma localidade, posteriormente, isto permitiu mapear a informação através dos softwares livres *Philcarto* e/ou *Quantum Gis*.

Esse percurso metodológico permite a aproximação quantitativa, extensa em tempo e espaço, sobre uma variedade de questões socialmente problematizadas que alcançam meios de comunicação locais, regionais e nacionais. Para interpretar os resultados levamos em consideração que estamos trabalhando mediante as notícias veiculadas pelos meios de comunicação online, e estamos cientes que estas não representam a totalidade das ações dos movimentos e Estado, mas um recorte ao qual temos acesso e escolhemos para análise. Apresentamos no Quadro 1, algumas potencialidades, questionamentos, tensões e desafios teórico-metodológicos e políticos que este tipo de estudo implica.



Quadro 1

Potencialidades	Questionamentos, tensões e desafios
<ul style="list-style-type: none">● Realizar comparações;● Análise multiescalar, multidimensional, processual, dinâmica e relacional;● Facilidades de acesso às fontes de informação. Flexibilidades temporais e espaciais● Comunicação dos resultados (gráficos, mapas, tabelas, etc.) que impactam de outra maneira e possibilitam uma rápida compreensão;● Construção de informação de primeira mão, com produção de dados primários;● Cooperação internacional, considerando especificidades próprias.	<ul style="list-style-type: none">● Quais variáveis se ocultam e se visibilizam a partir dos critérios estabelecidos, das dimensões consideradas e descartadas?● Como se constrói a notícia, quem publica, e qual a intencionalidade projetada na linguagem das notícias?● Como pensamos critérios para comparar realidades rurais heterogêneas e diversas, tanto no interior de cada país, como entre países?● Limitações próprias da ferramenta do <i>Google Alert</i>.

Fonte: Elaboração própria.

MAPEAMENTO DAS AÇÕES E ANÁLISES PRELIMINARES

A partir dos referenciais teóricos e o levantamento das ações dos movimentos socioterritoriais agrários e do Estado, observamos que a disputa territorial na Argentina ocorre cotidianamente em múltiplas escalas e dimensões. É possível enxergar os entrecruzamentos dos sujeitos em conflito, especialmente em temas relacionados à terra, diversidade étnica, fome, soberania alimentar, comercialização de alimentos, água, gênero, educação, saúde, instituições e governança. Os resultados têm sido mapeados considerando as cinco regiões do país (NOA, NEA, Centro, Patagônia e Cuyo).⁷

Intensificação dos protestos

Para dar conta das demandas dos movimentos socioterritoriais e das conflitualidades, mapeamos o número de protestos (Mapa 1) e as questões dos ODS com os quais eles se relacionam (Mapa 2). Nos interessa a relação das ações dos sujeitos coletivos (camponeses,

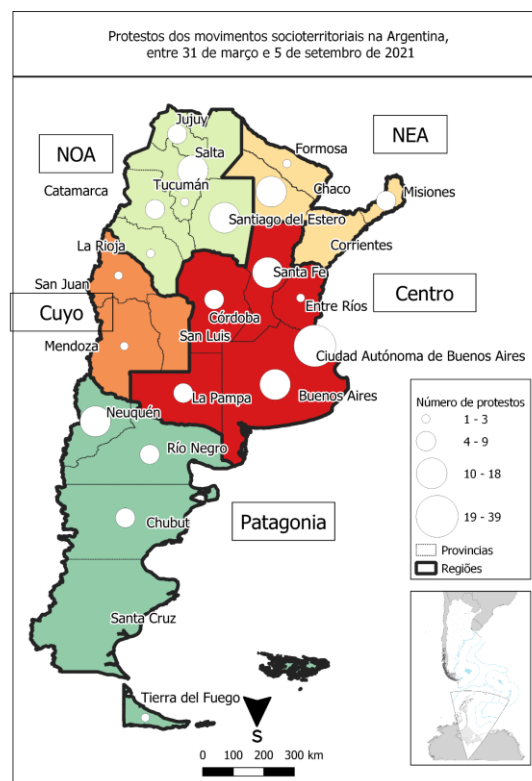
⁷ O Noroeste argentino - NOA é integrado pelas províncias de Catamarca, Jujuy, Salta, Tucumán e Santiago del Estero; o Nordeste argentino - NEA é constituído pelas províncias de Misiones, Corrientes, Formosa e Chaco; o Centro argentino abrange as províncias Entre Ríos, Córdoba, La Pampa, Santa Fé, Buenos Aires e a Cidade Buenos Aires; Cuyo é conformada pelas províncias San Juan, San Luis e Mendoza; e a Patagônia integrada pelas províncias Neuquén, Rio Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego.



indígenas, agricultores familiares, mulheres rurais, trabalhadores, campesino-indígenas, ambientalistas, e trabalhadores da economia social), e a sua espacialidade, cenário que se entrecruzam com as ações do Estado argentino que estão relacionadas às diversas formas de protesto (projetos de leis; formulação, execução e avaliação das políticas públicas; disputa por espaços de decisão; judiciais; posse da terra; conflitos socioambientais; transição agroecológica; produção e comercialização alternativa; educação; gênero; saúde; comunicação; composição de redes; e, processos organizativos dos movimentos socioterritoriais).

Observamos que há uma maior concentração de protestos na Cidade Autônoma (Mapa1), que é a capital política da Argentina e cuja aglomeração abrange 31 partidos na província de Buenos Aires, concentrando 32% da população nacional, segundo o *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas* (INDEC, 2010). Distribuídos em diferentes regiões, seguem-se as províncias de Salta, Buenos Aires, Santiago del Estero, Santa Fé, Chaco, Neuquén. A região de Cuyo, as províncias do sul da Patagônia, Corrientes, Entre Ríos, La Rioja e Formosa projetam menor número de protestos.

Mapa N°1



As formas de protesto incluem, por exemplo, a divulgação de documentos públicos, marchas, bloqueios de estradas, campanhas de arrecadação de assinaturas, feiras, *verdurasos*,



ocupação de prédios públicos ou privados, publicação de livros, escraches, entre outras ações diretas. Em outras palavras, o levantamento evidencia que, apesar das restrições colocadas pelo governo, os movimentos continuaram a se mover e ocupar o espaço público durante a pandemia.

A região do Centro argentino e em especial a cidade de Buenos Aires denota ser o cenário com maior expressão das diversas formas de protesto dos movimentos socioterritoriais rurais. Já a região de Cuyo, expressa a menor intensidade dos protestos. Esta observação, confere apropriação simbólica do território que não prescinde necessariamente de barreiras físicas, senão que é delimitado por barreiras ideológicas e de visibilização dos protestos pelo rural no cenário urbano.

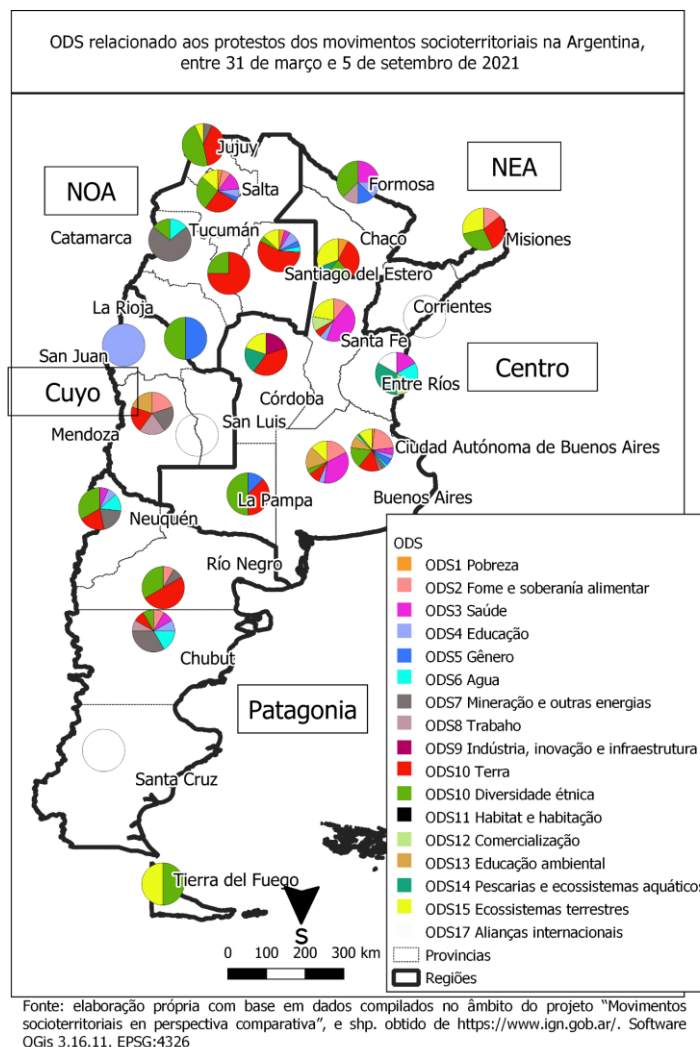
A relação dos ODS com as demandas dos movimentos territoriais é expressada nas diversas formas de protestos em cada província (Mapa 2), sendo que uma mesma ação pode referir a mais de um ODS. Por exemplo, em 07 de agosto ocorreu a marcha protagonizada pela *Unión de Trabajadores de la Economía Popular Agrária (UTEP-Agrária)*, trazendo à tona aspectos vinculados aos ODS Erradicação da pobreza (1), Fome e soberania alimentar 2 e Redução das desigualdades (10), pois a organização reivindicava na *Plaza de Mayo*, por “terra, teto e comida”.⁸

Em termos gerais, terra e diversidade étnica (ODS 10), estão voltados a ações de protestos, particularmente, na Patagônia, NOA e NEA (Mapa 2). Por exemplo, na região da Patagônia, percebem-se protestos mediante documento público, ocupação de prédios públicos, acampamento, e fechamento de vias em Chubut, Rio Negro e Neuquén. Estes foram parte da resistência dos povos originários Mapuches diante da ameaça de despejos em tempos de pandemia, em relação à Lei 26.160 de 2006 para prorrogação da permanência na terra e suspensão de despejos, e entrega de títulos de terra coletiva por parte das instituições do Estado. Entretanto, em Chubut e Río Negro é transversal o tema da mineração e outras energias de maneira mais evidente.

No NEA os protestos estão ligados à proteção dos ecossistemas terrestres protagonizados pelos indígenas (*Guaraníes* e *Wichis*) na província de Misiones, mediante a elaboração de documento público e fechamento de vias exigindo o fim do desmatamento. Como pode ser observado no Mapa 2, as ações registradas nesta província são voltadas à temática da terra, diversidade étnica, ecossistemas terrestres e fome, que se entrelaçam.

⁸ A ação ocorreu na cidade de Buenos Aires, foi registrada sob o título da notícia “*Organizaciones sociales reclamaron “trabajo digno y salario universal” en marcha por San Cayetano*”. A ação foi reportada pelo Telam Agencia e está disponível no seguinte link: <https://www.telam.com.ar/notas/202108/564225-utep-marcha-san-cayetano.html>

Mapa N° 2



No NOA, nas províncias Jujuy, Salta, Santiago del Estero e Tucumán, merecem destaque os protestos mediante documentos públicos, marchas, fechamento de vias e outras formas protagonizadas na sua maioria pelos povos originários. Entre eles os *Diaguitas*, *Tonocotés*, os *Kollas* e o povo *Wichí*. O *Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE)* se destaca nessas províncias com relação ao quantitativo de ações. Os protestos tratam da Lei do reconhecimento de seu Território Ancestral, especulação imobiliária, denúncia por desmatamento e despejos arbitrários, por serviços básicos de educação nos territórios indígenas, e contra a criminalização dos campesinos.

Contudo, as províncias de Salta, Formosa, Entre Ríos, Santa Fé, Buenos Aires, e em menor intensidade Chubut, Santiago del Estero e a Cidade de Buenos Aires, expõem a temática da saúde, num contexto de pandemia que tem intensificado a condição de vulnerabilidade das

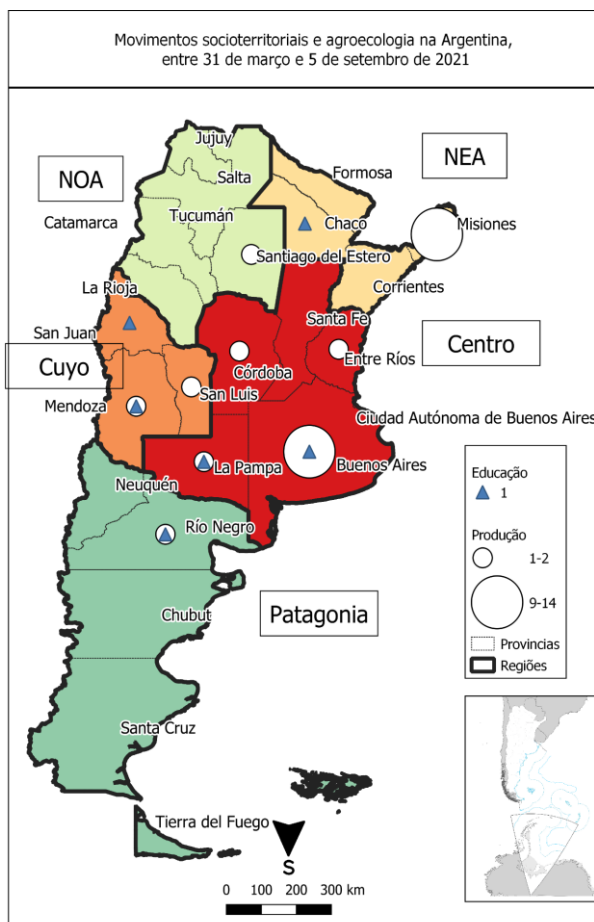


populações rurais. Observamos, demandas pelo atendimento à saúde não relacionadas ao covid-19, senão voltados a impactos gerados pelo agronegócio e neoeextrativismo. Por exemplo, protestos com reivindicações como, “*La salud no se negocia*”, “*Paren de Fumigarnos*” e “*Caravana por la Salud y la Vida*”, e outras formas para visibilizar mortes provocadas pela desnutrição e uso de agroquímicos e agrotóxicos.

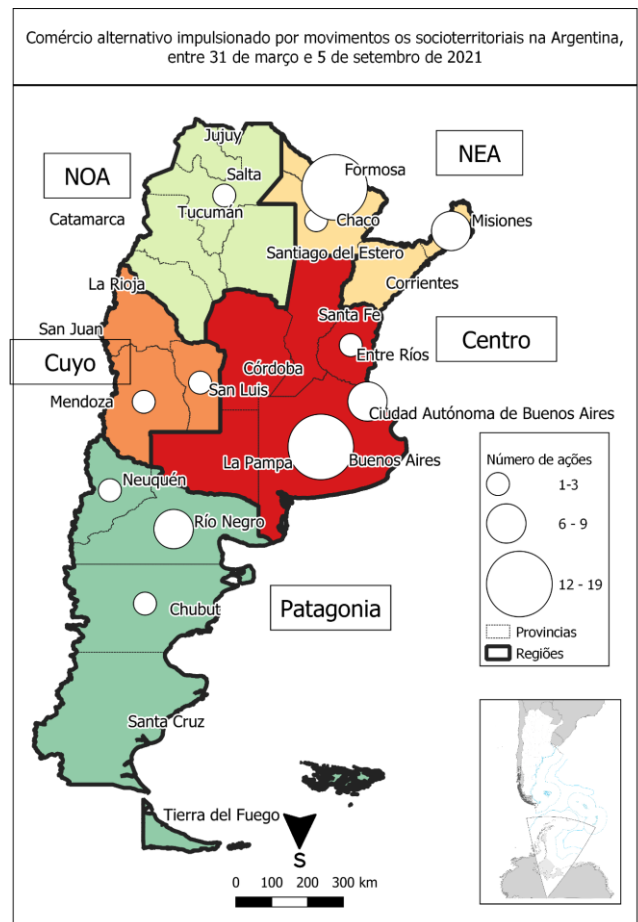
Ações de e para transição agroecológica

As ações dos movimentos socioterritoriais rurais não têm sido apenas protestos ou demandas apresentadas ao Estado, mas também projetos concretos que propõem alternativas nos territórios e podem ser vinculados aos ODS, enquanto estratégias de territorialização no âmbito rural. De maneira que, as práticas de produção e educação agroecológica, e do comércio alternativo, sejam as mais possíveis de realçar nos Mapas 3 e 4.

Mapa N° 3



Mapa N° 4





Vemos ações associadas à educação agroecológica em Cuyo (Mendoza e San Juan), La Pampa, Río Negro, Buenos Aires e Chaco. Enquanto isso, na produção, se destacam Misiones e Buenos Aires, embora também encontremos ações em Río Negro, Mendoza, San Luis, Córdoba, La Pampa, Entre Ríos, Santiago del Estero. Essas ações, estão relacionadas com os ODS educação (4) e educação ambiental (13), fome e soberania alimentar (2), saúde (3) e ecossistemas terrestres (15), na medida em que evita o uso de agrotóxicos; e até o objetivo relacionado ao trabalho (8), porque agroecologia considera sua dignificação enquanto processo produtivo, alimentação, renda e novas relações sociais e com a natureza.

A respeito das ações de comércio alternativo, na província de Buenos Aires, podemos verificar a sua especialização mediante pontos de venda, como a “*Red de Almacenes Soberanos*” promovida pela *Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT)*, com presença em Banfield. Também, na cidade de Buenos Aires, foi inaugurado o mercado de Cooperativas em *Constitución* denominados “*Pueblo a Pueblo*” por parte da *Unión de Trabajadores de la Economía Popular (UTEP)*.

As ações de produção agroecológica enfatizam os conhecimentos ancestrais, práticas de policultivos, integração agrícola e criação de animais de pequeno porte, implementação de hortas e viveiros, incentivo à criação de banco de sementes, o papel das mulheres e da juventude na produção de alimentos. Já quando se intersecciona a temática da educação e agroecologia, as ações estão voltadas majoritariamente ao incentivo de cursos de capacitação e assessoria técnica sob a iniciativas das próprias organizações, assim como de articulações com as prefeituras municipais e governos provinciais.

As províncias de San Juan e Chaco, possuem como particularidade a ausência das práticas de produção agroecológica, enquanto apresenta ações sobre educação no âmbito rural. Entretanto, o tema da agroecologia aparece de maneira transversal com os dados das ações de comércio alternativo, pois demonstra a territorialização dessas organizações seja, por exemplo, com a inauguração do *Almacén campesino* em Mendoza, venda de verduras entre províncias, realização de feiras e outras formas de comércio alternativo.

Em casos como Misiones, Río Negro e Formosa, expõem a especificidade de interlocuções com instancias estatais, para assessorias e capacitações voltadas ao escoamento da produção. Um exemplo, são as articulações ocorridas em maio, em Río Negro para transporte de verduras entre produtores de organizações como *Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI)* e *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES)*.

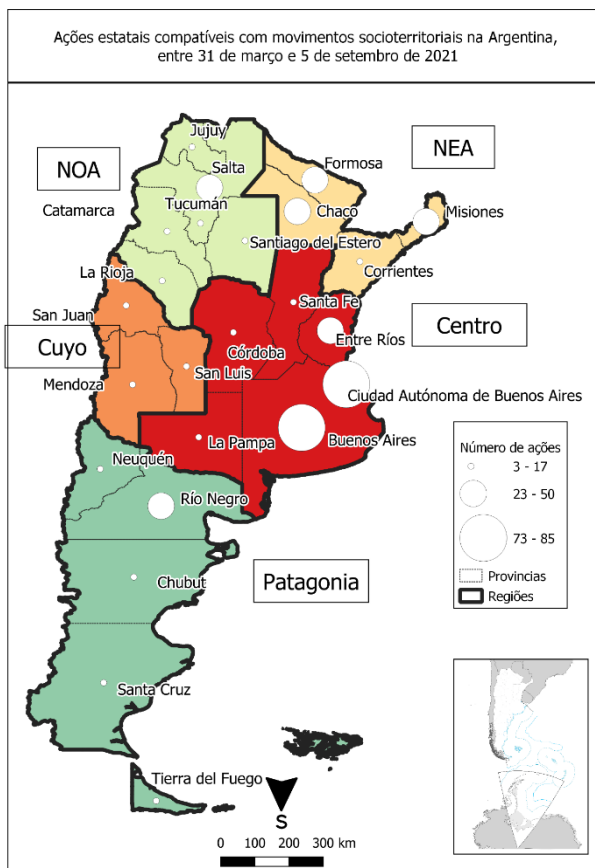
Ações estatais compatíveis e opostas aos movimentos socioterritoriais



Como mencionado acima, com base em Oszlack e O'Donnell ([1995] 2007), a tomada de posição do Estado é parte relevante de um processo social histórico, que segundo nosso registro projeta maior frequência de ações em consonância com os interesses dos movimentos, do que aquelas que divergem. Isso é consequência do fato que o Estado tem maior alcance na mídia, podendo em alguns momentos invisibilizar as ações dos movimentos, principalmente, daqueles que não possuem possibilidades de projetar as suas ações e visões em mídias alternativas. Levanta a questão, a respeito da espacialização das ações do Estado, e onde este se encontra mais ausente, as relações de poder e conflitualidades que estão imbricadas na aplicabilidade dos ODS.

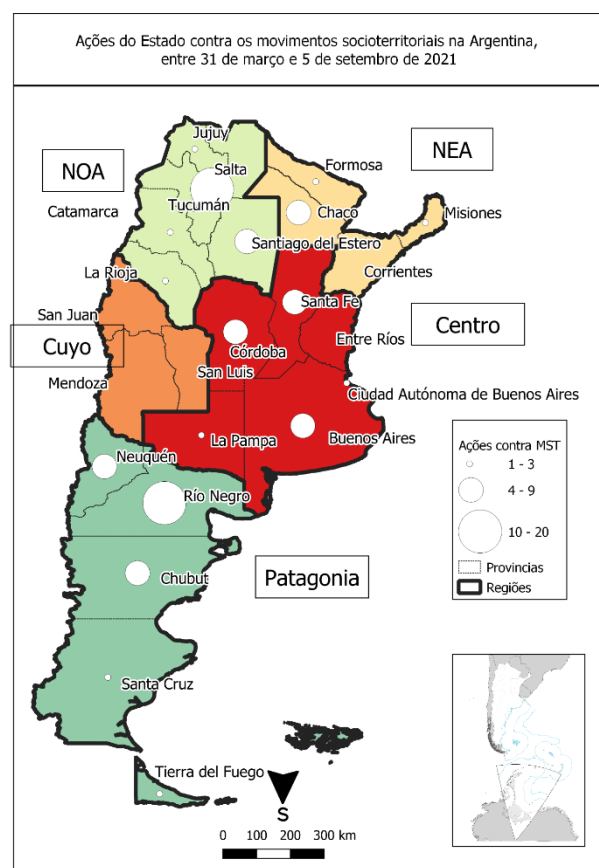
As ações compatíveis com as demandas dos movimentos estão concentradas nas regiões Centro e NEA (Mapa 5), enquanto que as ações que se opõem aos interesses dos movimentos apresentam maior ocorrência na Patagônia e NOA (Mapa 6). Essa observação expõe a atuação do Estado em conflito com os movimentos em áreas estratégicas para o extrativismo, das tensões e dos territórios passíveis de serem “eficientes” e/ou “sacrificáveis”, como bem assinalou Svampa (2018).

Mapa N°5



Fonte: elaboração própria com base em dados compilados no âmbito do projeto “Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa”, e shp. obtido de <https://www.ign.gob.ar/>. Software QGIS 3.16.11. EPSG:4326

N°6



Fonte: elaboração própria com base em dados compilados no âmbito do projeto “Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa”, e shp. obtido de <https://www.ign.gob.ar/>. Software QGIS 3.16.11. EPSG:4326



Como temos visto, as conflitualidades entre os movimentos campestinos, indígenas, agricultores familiares, trabalhadores no âmbito rural e a atuação do Estado nas diversas instâncias local, provincial e nacional, produzem espaço também desde as intencionalidades. A intensidade das ações mostradas nos mapas anteriores mostra por um lado as agendas políticas dos sujeitos organizados, e, por outro, a conjuntura de violências exercidas pelo aparelho estatal. Apesar de que não podemos nos referir explicitamente às ações do Estado como compatíveis aos interesses dos sujeitos organizados no campo como cenário de oportunidades. Nos perguntamos de que maneira interpretar aquelas ações que permitem construir processos internos nas organizações e quais aquelas que as ameaçam constantemente.

No Mapa N°7, por exemplo, destaca-se o tema da fome, pautado como ODS 2. As ações voltadas ao incentivo à produção e comercialização alternativa de alimentos, são mais expressivas na província de Buenos Aires, Misiones, Formosa e na Cidade de Buenos Aires. Por exemplo, o Programa *Semillar* para incentivar que cooperativas e associações produzam sementes nativas e crioulas, o Programa *El Mercado en tu Barrio* para potenciar a produção local e/ou aproximação entre produtores e consumidores mediante a mesa de articulação “*Acercar alimentos de productores a consumidores*” e, outras, ações voltadas à capacitação e assessoria na implementação de hortas.

Outra temática relevante observada no Mapa 7 são as ações relacionadas à diversidade étnica (alocadas no ODS 10 - Redução das desigualdades), que é representativo na maioria das regiões, excluindo a região Centro. Essas ações, são majoritariamente ligadas à consulta e participação em diferentes áreas de articulação interinstitucional, como mesas consultivas, mesas de diálogo, mesas intersetoriais, sessões de plenárias, reuniões, seminários, fóruns, etc. Por exemplo, as manchetes “*Autoridades Nacionales recibieron en Casa Rosada al Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir*” como espaço de diálogo para inserir as demandas das mulheres dos povos indígenas na agenda das políticas sociais⁹, e “*Estudiantes indígenas en la educación superior*” como divulgação da inclusão da diversidade¹⁰.

Outro tipo de ação importante, são aquelas voltadas à assinatura de acordos, entrega de pastas técnicas, entrega de títulos de terras ou outros referentes à reparação simbólica. Para mencionar alguns casos: a decisão judicial para a entrega do título da propriedade à comunidade Buenuelo (ação ocorrida em 13 de abril); entrega de pastas técnicas aos povos *Kolla*, *Qom* e

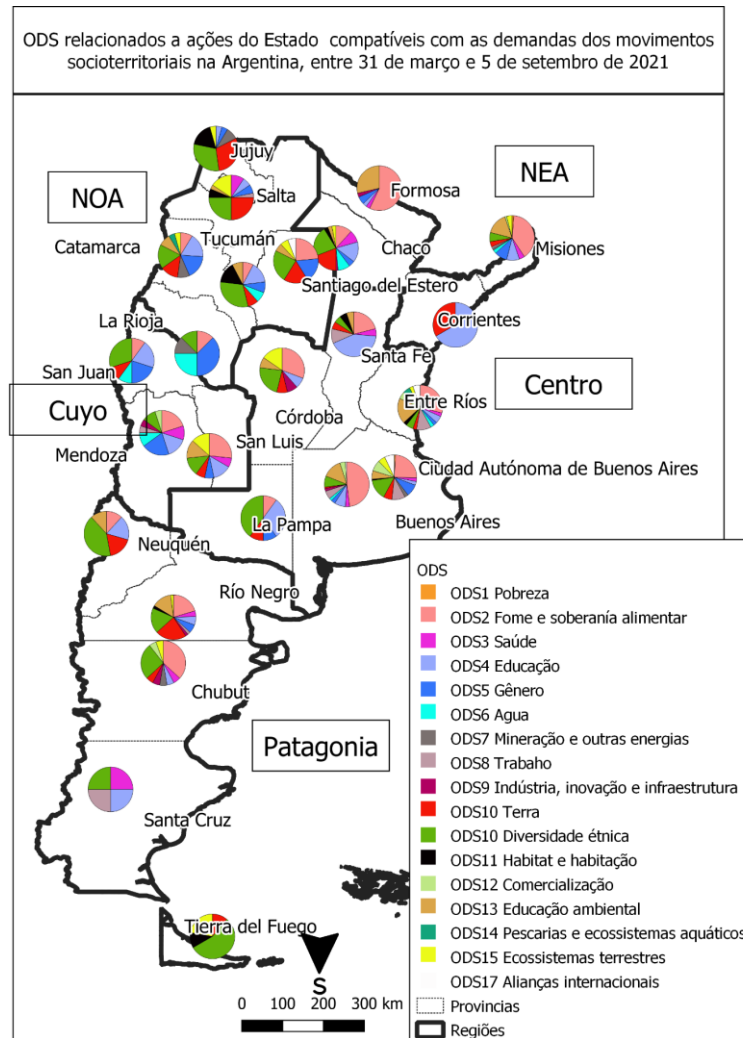
⁹ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/autoridades-nacionales-recibieron-en-casa-rosada-al-movimiento-de-mujeres-indigenas-por-el>

¹⁰ Disponível em: <https://www.diarionorte.com/204505-estudiantes-indigenas-en-la-educacion-superior>



Wichí no marco la Lei 26160 (publicada em 29 de abril), porém não oficializada; e, reconhecimento do sítio da memória em referência à “Masacre de Napalpi” de 1924 (publicada em 01 agosto).

Mapa N°7



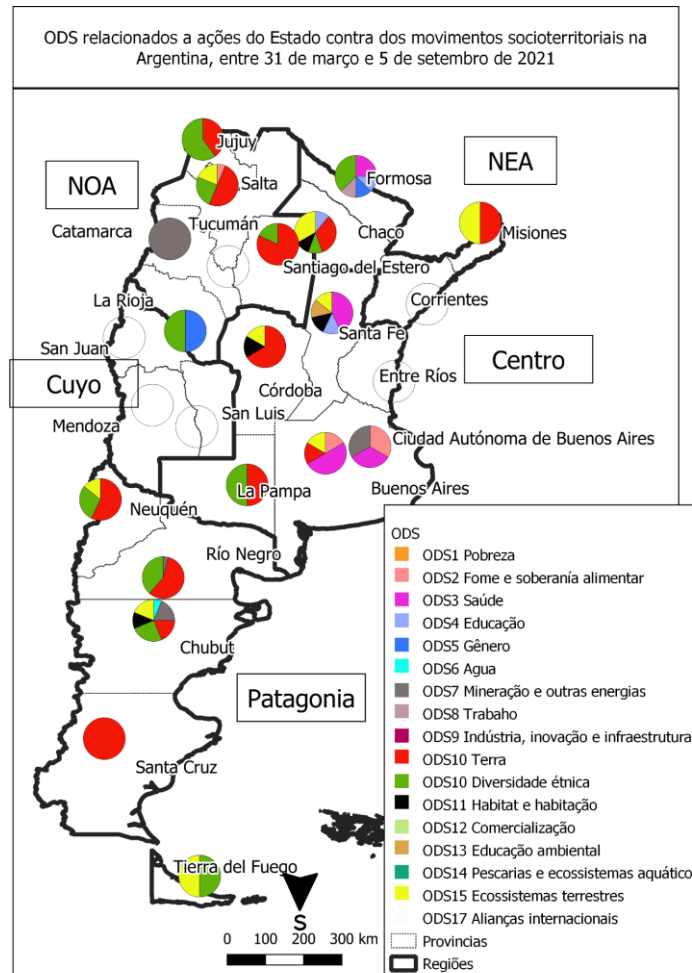
Fonte: elaboração própria com base em dados compilados no âmbito do projeto “Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa”, e shp. obtido de <https://www.ign.gob.ar/>. Software QGIS 3.16.11. EPSG:4326

Dentre as ações praticadas desde a legitimidade do Estado contra os movimentos socioterritoriais rurais (Mapa 8) há maior evidência daquelas que dizem respeito ao ODS 10. Foi possível constatar que há o predomínio de ações empreendidas por agências do aparelho burocrático do Estado relacionadas a violência institucional, e processos judiciais envolvendo as questões da terra e da diversidade étnica, com destaque para as regiões da Patagônia, Centro e NEA. Citamos como exemplo, o avanço das ordens de despejo por parte do poder judiciário, em meio à pandemia na província de Córdoba (“*En medio de la pandemia quieren quitarnos*



todo” em 11/06/2021) e uma denúncia do conselheiro *Mapuche* por perseguição política por parte do governo de Bariloche (“*Consejero mapuche de Bariloche denuncia persecución política del Gobierno*” em 13/08/2021).

Mapa N°8



Fonte: elaboração própria com base em dados compilados no âmbito do projeto “Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparativa”, e shp. obtido de <https://www.ign.gov.ar/>. Software QGIS 3.16.11. EPSG:4326

O caso da diversidade étnica nos ajuda a refletir sobre o Estado, entendido como um espaço de disputa, que longe de ser homogêneo, possui agentes que atuam de maneiras diversas e contraditórias. Por exemplo, os movimentos são criminalizados, como ilustra a notícia, “*Exigem um julgamento de 7 membros da comunidade Mapuche que usurparam terras em 2017*”, em 14/7/2021, pela fiscal federal de Bariloche, e excluídos dos espaços de participação e demarcações territoriais ignoradas pelo prefeito (*Reuniões mensais seriam realizadas entre representantes das comunidades mapuche e o prefeito*, em 26/8/2021). Enquanto, também, alguns direitos são reconhecidos conforme mostrado na notícia intitulada “*Justiça ordenou que o Estado entregasse suas terras à comunidade Lofche Mapuche Buenuleo*”, em 21/10/2021.



As ações referentes ao ODS 15 que trata dos Ecossistemas terrestres, com presença principalmente no NEA e Patagônia, referem-se às ações legislativas e judiciais como, autorização de obras de infraestrutura que impactam a biodiversidade terrestre, a não fiscalização do cumprimento da legislação no que concerne ao desmatamento, ou ainda, a não participação dos movimentos na discussão de ações a serem empreendidas pelo Estado nos territórios. Por exemplo, a notícia intitulada “*Florestas nativas: o manejo florestal no centro do conflito ambiental e territorial entre Ka’a Kupe e Carba SA*”, em 2/6/2021, observa-se que o Ministério da Ecologia de Misiones e a Prefeitura Municipal de Campo Grande defendem os interesses de uma empresa privada que desmata a floresta, enquanto exerce violência institucional contra um movimento indígena Guaraní.

REFLEXÕES FINAIS

A partir da discussão teórica feita ao longo do texto, e o levantamento, análise, classificação e mapeamento, identificamos questões relativas aos ODS, objeto das ações dos movimentos socioterritoriais e do Estado, e seus padrões espaciais, como mostram os dados. Enfatizamos a importância da revisão constante dos instrumentos que estamos utilizando, bem como, da permanente necessidade de construção de abordagens, enfoques, perspectivas teórico-metodológicas para o estudo de sujeitos e espaços rurais.

A partir desses primeiros resultados, podemos refletir sobre o cenário onde ocorrem as ações dos movimentos socioterritoriais, que muitas vezes levam as suas pautas desde o campo até a capital do país, buscando obter maior visibilidade de suas demandas. Entretanto, como lidar com a espacialização das ações que são praticadas pelos movimentos socioterritoriais rurais e pelo Estado na Cidade Autônoma de Buenos Aires, mas que são voltadas para o país como um todo ou que se originam e buscam influenciar outro lugar? Como representá-las?

As ações dos movimentos socioterritoriais espalhadas nas províncias, visibilizam na maioria das vezes, conflitualidades com empresas extrativistas, a não garantia de direitos pelos governos locais e provinciais, e outras deliberações legislativas e judiciais, assim como, práticas voltadas à produção de alimentos, comercialização alternativa, educação e seminários voltados à realidade local, entre outros. Destaca-se o território na configuração das suas especificidades segundo a sua localização, confrontações, estratégias de dominação, e estratégias de resistência ativa de maneira mais urgente durante a pandemia. Em algumas províncias o número de ações que são registradas é muito reduzido, o que nos leva a questionar se isso se deve ao fato de existirem poucas ações, e não chegarem aos meios de comunicação, ou de não termos acesso a quem veiculou as notícias.



As ações do Estado argentino na sua atuação pela vida e a economia durante a pandemia, referentes às propostas da Agenda 2030 se configuram como territórios imateriais, e constantemente são ressignificados por distintos sujeitos que constituem territórios em disputa. Por um lado, os sujeitos se articulam em diversas escalas para reagir quando são violados os seus direitos e permanência na terra, e construir espaços de resistência a partir de seus territórios. Por outro lado, o termo de “desenvolvimento sustentável” reafirma-se como demanda apresentada pelos organismos internacionais, exercício do Estado, e sobretudo como prática política dos movimentos socioterritoriais no campo. Em outras palavras, as ações dos diversos sujeitos refletem suas intencionalidades, que revelam em última instância modelos de desenvolvimento divergentes na luta pelos espaços rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, v. 1. “Estado moderno”, “Estado de bem-estar social”. 1983.
- CARDOSO, A.; DAVID, G. C.; DE OLIVEIRA, I. P.. ¿Utopía o Distopía? Los Objetivos de Desarrollo Sostenible en Brasil y en el mundo. **Informes Nacionales, Instituto de Estudios Socio-económicos – INESC**. 2017.
- CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. J. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. [S.l: s.n.], 2011.
- ESCOBAR, A. “El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social”. In: MATO, D. (Coord.) **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**, Facultad y Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2005. p. 17-31
- ESTEVA, G. “Desarrollo”. En: Sachs, W. (editor). **Diccionario del Desarrollo. Una guía del conocimiento como poder**. PRATEC, p. 58-80, Perú, 1996, 399p.
- FERNANDES, B. M.. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA** número 6, 2005, P. 14-34.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In SAQUET, M. A. SPÓSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. . El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desarrollo e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, v. 1, p. 41-56, 2000.
- GARCÍA LINERA, A. El Estado ante el coronavirus. El péndulo de la “comunidad ilusoria”. **Revista Sociedad**, Número 40, 2020.
- LEFEBVRE, H.. A re-produção das relações de produção. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- MANZANAL, M. “Desarrollo. Una perspectiva crítica desde el análisis del poder y del territorio”. In: **Realidad Económica** 283, p. 17-48, IADE, Buenos Aires, 2014. ISSN 0325 1926.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. New York, 2015.
- OSZLACK; O’DONELL. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. En C. H. ACUÑA (Comp). **Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Proyecto de Modernización del Estado, [1995] 2007.
- PUELLO-SOCARRÁS, J. F.. “Desarrollo. paleontología (política) de una idea (neoliberal)”. En **Revista Estudios Críticos del Desarrollo** Vol. V, Nº 8, ISSN: 2448-5020. Universidad Autónoma de Zacatecas. Zacatecas, 2015, p. 47-81.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática. 1993.
- RAMOS FILHO, E. da S. A geografia da questão agrária e reforma agrária de mercado no Nordeste Brasileiro (1998-2006). In: CAMPOS, J. F. de S.; COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M. (Orgs.).



DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 167-192.

RODRIGUES, A. M.. La hegemonía del pensamiento neoliberal Y el Desarrollo Sustentable. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XVI, p. 1-12, 2012.

ROJAS, F.; GALLARDO, O. La Historia ambiental en contextos de transformaciones. Contribuciones desde el Centro del Oeste Argentino. En: Zaidenweg, Cielo; et al. (coord.) **Ciencias Sociales, Humanidades y Derecho. Cómo pensar el mundo Latinoamericano.** Universitat de Barcelona Universidad Nacional Autónoma de México, Barcelona, 2017. Pág. 21-40.

SACHS, W. Diccionario del desarrollo. **Una guía del conocimiento como poder**, PRATEC, Perú, 1996.

SVAMPA, M. **Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo.** Lima. Biblioteca Nacional de Perú, 2018.

TAPIA, L. **Política salvaje**, Muela del diablo, La Paz. 2010